

UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE OS PROCESSOS QUE CONSOLIDARAM LISBOA E MADRID COMO CIDADES-CAPITAIS.

DANIELA RABELO COSTA RIBEIRO PAIVA¹

Resumo: No alvorecer da modernidade, os reinos europeus vivenciaram concomitantemente os processos de centralização política e de definição de uma cidade-capital para dirigir o reino e também ser residência da família real e sede das instituições que assessoravam o governo. Esses processos foram marcados pela reciprocidade. Em outras palavras, a centralização política teria demandado o estabelecimento de uma cidade sede, que, por sua vez, teria contribuído com o fortalecimento do poder real por ser um centro de referência. A escolha dessa cidade muitas vezes ocorreu de forma espontânea. Pode-se citar como exemplo Lisboa, que exercia primazia sobre as demais cidades do reino português, muito embora não houvesse na época uma lei ou decisão régia que deixasse evidente o seu posto de capital. Essa centralidade natural envolve questões geoestratégicas e econômicas, assim como, as questões de ordem simbólica e cultural. Outras vezes, a escolha da cidade-capital decorria da vontade do próprio monarca. Destaca-se o caso de Madrid, que foi eleita pelo perspicaz Filipe II. Naquele momento, Madrid não passava de uma vila sem importância, sua história e economia não se sobressaíam no conjunto das cidades castelhanas. Porém, foi justamente a sua pequenez um dos fatores que a permitiram triunfar. Madrid não contava com instituições autônomas e diligentes ao defender seus interesses. Filipe II escolheu um espaço neutro, sem poderes que concorressem com sua autoridade e seu brilho. A comunicação propõe fazer uma história comparada sobre os processos que tornaram Lisboa e Madrid capitais. Também haverá uma discussão sobre algumas impressões da época: descrições que proclamavam as excelências e defendiam a escolha dessas cidades como sede da corte régia e capital. Defende-se que, na proporção que reforçavam a imagem dessas cidades como “cabeça do reino”, as descrições concorriam para que Lisboa e Madrid adquirissem prestígio junto aos seus respectivos reinos e passassem a exercer plenamente o papel de capital.

Palavras-chave: História Moderna Ibérica, Cidade-capital, Descrições urbanas.

Resumen: En los albores de la modernidad, los reinos europeos experimentaron los procesos de centralización política y de definición de una ciudad capital para administrar el reino y también ser la residencia de la familia real y sede de las instituciones de gobierno. Estos procesos estuvieron marcados por la reciprocidad. En otras palabras, la centralización política habría exigido el establecimiento de una ciudad sede, lo que, a su vez, habría contribuido al fortalecimiento del poder real por ser un centro de referencia. La elección de esta ciudad a menudo se produjo de forma espontánea. Se puede citar como ejemplo Lisboa, que ejerce primacía sobre otras ciudades en el reino de Portugal, aunque no había en ese momento una ley o decisión real a abandonar su capital de clara posición. Esto implica naturalmente geoestratégica central y las cuestiones económicas, así como cuestiones de orden cultural y simbólico. Otras veces, la elección de la capital surgieron de la voluntad del propio monarca. Es de destacar el caso de Madrid, que fue elegida por el astuto Felipe II. En su elección,

¹ Doutoranda do PPHR-UFRRJ, bolsista CAPES.

Madrid era un pueblo sin importancia, su historia y su economía no sobresale en todas las ciudades castellanas. Pero fue precisamente su pequeñez uno de los factores que llevaron al triunfo. Madrid no había instituciones autónomas y diligentes para defender sus intereses. Felipe II eligió un espacio neutral sin poderes que competían con su autoridad y su brillo. La comunicación se propone hacer una historia comparada de los procesos que hicieron capital de Lisboa y Madrid. También propone que se haga una discusión sobre algunas impresiones de la época: las descripciones proclamando las excelencias y defendió la elección de estas ciudades como sede de la corte real y el capital. Se argumenta que, en la proporción que refuerza la imagen de estas ciudades como "cabeza del reino", descripciones compitieron por Lisboa y Madrid adquieren prestigio en sus respectivos reinos y comienzan a desempeñar plenamente el papel del capital.

Palabras clave: Historia Moderna Ibérica, Ciudad Capital, Descripciones urbanas.

Introdução.

Desde seus primórdios, Portugal e Espanha tinham entre si uma relação muito próxima. No entanto, a historiografia ibérica cavou um fosso profundo entre os dois países, o que dificultou pensar em uma história que lhes fossem comuns. Como proposto por Serge Grukinski, os estudiosos deveriam deixar um pouco de lado as fronteiras nacionais. O objetivo não é criar uma história única, mas sim uma história múltipla, que utilize diferentes escalas de análise e estabeleça conexões internacionais e intercontinentais (GRUKINSKI, 2001:176-177).

Nesse sentido, a comunicação traçará um paralelo entre os processos que tornaram Lisboa e Madrid capitais. Como fontes, serão utilizadas as descrições que proclamavam as excelências e defendiam a escolha dessas cidades como sede da corte régia e capital. Esses impressos teriam contribuído para que adquirissem prestígio junto aos seus respectivos reinos e passassem a exercer plenamente seu papel de capital. Mas antes é necessário discutir o contexto histórico em que ocorreu o surgimento das capitais na Europa.

O Rei e sua Capital.

Ao longo do século XV, os reinos europeus estavam em processo de centralização política e de definição da cidade que seria sede do Estado, os órgãos assessores e de administração pública e das relações diplomáticas. Esses processos não foram somente concomitantes, mas também recíprocos. Em outras palavras, a centralização monárquica demandava o estabelecimento de uma cidade para ser sua sede, assim como a cidade-capital contribuía para a centralização política ao ser um centro de referência (MOTTA, 1993: 1).

Conforme Giulio Carlo Argan, a formação da cidade-capital coloca em um plano secundário as outras cidades do reino. Localizada geralmente em uma região mais central, a cidade ao tornar-se capital passa a ser mais aberta e voltada ao exterior. Sua defesa deixa de ocorrer nas zonas fronteiriças para ser organizada em lugares mais afastados. Sua formação também determina uma mudança na relação cidade e campo. O historiador também aponta que a cidade-capital perde seu caráter municipal e adquire a função de representar o Estado e ser instrumento de seu poder. Como implicação, as transformações em seu espaço se dão pela intervenção do soberano e do governo, não mais pelas iniciativas dos cidadãos ou da municipalidade. E ocorre por meio de planos, sugerindo que, por mais que o prestígio da capital esteja fundado no seu passado histórico, a cidade tem uma perspectiva voltada para o futuro (ARGAN, 2004: 71).

As reformas urbanísticas e arquitetônicas pretendiam adequar a cidade-capital ao aumento populacional e de tráfego, destinar espaços para as práticas políticas, administrativas e militares, alargar e organizar as ruas e construir monumentos que simbolizassem o poder do soberano e os valores por ele pregados. A opulência dessas edificações serviria para legitimar e propagandar a monarquia no reino e para além dos seus limites. Em seu trabalho, Giulio Carlo Argan resgatou o sentido político e simbólico dessas reformas. Essa abordagem aproxima-se daquela oferecida por Lewis Mumford, que aponta a capital barroca como uma das mais expressivas representações da ideologia do poder (ARGAN, 2004: 72).

Lewis Mumford diz que a elevação de determinada cidade à condição de capital pode ocorrer de forma espontânea. Assim ocorreu com Lisboa, que passou a exercer uma natural primazia sobre as outras cidades do reino após as expansões marítimas. Essa centralização natural envolve questões geoestratégicas, econômicas e também questões de ordem simbólica e cultural. Ou pode ainda ocorrer mediante decisão do monarca. A definição de Madrid como cidade-capital, por exemplo, foi de encontro com o projeto político de Filipe II.

Independente se decorreu de fatores “naturais” ou da vontade do monarca, a escolha da capital é uma decisão complexa, em que são avaliados fatores materiais e simbólicos. Lewis Mumford ainda destaca que os monarcas não mediram esforços para confirmar essa supremacia da capital perante as outras cidades do reino (MUMFORD, 1982: 393).

Lisboa, a “Senhora e Rainha dos Oceanos”.

D. João II nasceu em Lisboa. D. Manuel quis ser enterrado à beira do Tejo. Em Lisboa, D. João III nasceu, tornou-se rei e morreu. Ali também nasceu e se coroou D.

Sebastião. E foi onde o Cardeal Henrique foi regamente tumultado. Filipe II entrou triunfante nessa cidade, que também recepcionou com festividade o seu filho. Joaquim Romero Magalhães faz esse retrospecto dos monarcas portugueses para demonstrar como eles teceram laços de especial ligação com a cidade. Ser aclamado na principal urbe lusitana era uma etapa fundamental na trajetória desses monarcas (MAGANHÃES, 1993: 50-51).

Se nenhum rei esqueceu o que era ser ovacionado em Lisboa, do mesmo modo, a cidade não desconhece a importância da presença real para seu desenvolvimento urbano, especialmente ao longo do Quinhentos, quando ocorreu a emergência do urbanismo moderno e foi instituída a Casa Real.

Renata de Araujo relaciona as transformações vivenciadas por a Lisboa de limiares do século XVI, momento de concretização das expansões marítimas, aos efeitos de um “terremoto”. Essa metáfora adquire um sentido especial na trajetória dessa cidade. Contudo, o “terremoto” que a historiadora descreve não se revela destruidor, seria um tremor de repercussão positiva, produzido no interior da própria urbe (ARAÚJO, 1990: 26).

Muito embora o desenvolvimento de Lisboa sempre estivesse atrelado ao mar e ao Tejo, a cidade tornou-se reconhecida como uma cidade marítima e aclamada por essa qualidade, de modo a Damião de Góis lhe atribuir o título de “Senhora e Rainha dos Oceanos”, somente após as iniciativas de expansão. Além de tornar Lisboa referência para as demais cidades do reino, os Descobrimientos proporcionaram-lhe um significativo crescimento demográfico e das atividades comerciais. A cidade precisou oferecer maior capacidade de suporte e para tanto passou por reformas na sua infraestrutura. Esse foi o “tremor de terra” que Renata Araújo se referiu e teria atingido seu espaço público e privado.

As primeiras iniciativas de ordenamento urbano e arquitetônico de Lisboa ocorreram durante o reinado de D. Manuel, que também implantou reformas administrativas e legislativas. Esse movimento reformista ofereceu instrumentos para o aparelho estatal administrar um território que adquiriu dimensões imperiais com as expansões, contribuindo para concentrar o poder nas mãos do monarca (CARITA, 1999: 11). Lisboa também contribuiu para afirmação real ao ser utilizada como palco para os espetáculos da corte após o rei ter fixado residência na cidade (ARAÚJO, 1990).

Em duas ocasiões (1498-1502 e 1513), houve um programa de reforma e planejamento da cidade. O primeiro programa foi destinado ao reordenamento do centro e direcionou o desenvolvimento da cidade para o Ocidente, sentido Tejo. O segundo programa foi marcado por grandes edificações administrativas e portuárias que buscavam estruturar a

cidade para ser centro de um império, levando Lisboa a avançar em direção ao mar (CARITA, 1999).

As ações empreendidas por um e outro mudaram a forma com que Lisboa era representada pelos reinóis e estrangeiros, como pode ser observado no material iconográfico da época. As primeiras representações, produzidas entre 1520 e 1540, ainda contemplavam a cidade no sentido nascente-poente, do mesmo modo que a direção assumida no primeiro plano de desenvolvimento urbano. Os desenhos que seguiam essa orientação buscaram captar com maior riqueza de detalhe o Paço Real, patrimônio que simbolicamente representava o poder real e a modernidade. E após o segundo plano de desenvolvimento urbano, o panorama que prevaleceu foi o sentido norte-sul, em outras palavras, voltado para o mar (PEREIRA, 2006: 2).

Os Descobrimentos ainda proporcionaram mudanças nos espetáculos que eram organizados em Lisboa, que deixaram de ser dedicados exclusivamente ao sagrado para celebrar progressivamente o poder. Isso não representa que os elementos do ritual sagrado medieval foram abandonados, mas sim que passaram a conviver com os elementos profanos, enriquecendo o espetáculo e sua relação com a cidade. Os espetáculos também celebravam a condição de Lisboa como principal do reino. As procissões e passeios do monarca pelas ruas e pelo rio, marcantes na rotina da cidade, além de promoveram sua imagem, mudaram a forma que Lisboa se relacionava consigo e com o reino. Por isso, Renata Araújo assevera que o espetáculo teria se transformado como Lisboa e com Lisboa (ARAÚJO, 1990).

Nessa época, não havia nenhum espaço que como Lisboa tivesse alocado o paço régio por muito tempo, apenas residências temporárias. Santarém, Coimbra, Évora e Sintra foram alguns dos lugares por onde a corte perambulou. Porém, à proporção que cresceu uma burocracia ligada ao monarca e as possessões ultramarinas, tornou-se inviável a manutenção de um governo itinerante. A necessidade de determinar uma sede administrativa foi sentida no próprio reinado de D. Manuel, que se fixou na cidade. Não houve nenhuma lei ou decisão régia que deixasse evidente o posto de Lisboa como capital do reino, bem como não foram esclarecidas as razões que o fizeram escolhê-la. Muito embora, houve motivos de sobre para justificar sua decisão, diferente de Madrid.

O período em que Portugal se manteve incorporado à monarquia hispânica mediante uma união dinástica também foi um momento importante do processo de capitalização de Lisboa. Diante da ausência real, a principal urbe do reino assumiu função de intermediária nas negociações entre a coroa e os poderes periféricos e de privilegiada interlocutora real

(HEPANHA, 1989: 56). Deste modo, ao longo da união dos reinos, a câmara de Lisboa adquiriu reconhecimento junto ao reino e a cidade passou a exercer seu papel de capital.

As descrições que proclamavam as excelências de Lisboa na expectativa de que os Filipes transferissem a sede da realeza para a cidade também corroboraram com esse processo à medida que reforçavam a imagem da cidade como a cabeça do reino, autoridade superior. Joaquim Romero Magalhães propõe que a atitude de exaltar a cidade de alguma forma compensou o vazio deixado por um monarca distante no imaginário popular (MAGALHÃES, 1993: 54). Contraditoriamente, por mais que a ausência real tenha implicado em consequências negativas para todo reino, Lisboa só passou a ser reconhecida como capital quando o seu rei não residia e não era visto ali como frequência, o que constituiu uma exceção na relação rei e capital.

Dentre esses escritos, *Do Sítio de Lisboa; Diálogos (1608)* foi certamente o mais importante. Os parâmetros utilizados por Luís Mendes Vasconcelos em sua análise das condições urbanas de Lisboa serviram de modelo para outros trabalhos, como *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620) e *Flores de Espanã, Excelências de Portugal* (1631), de Nicolau de Oliveira e Antonio de Sousa Macedo, respectivamente, que também tiveram grande repercussão na época. Influenciado pelas tipologias urbanas de Aristóteles, Platão e Vitrúvio, Luís Mendes Vasconcelos atribuiu a Lisboa características que a qualificam para ser sede da corte régia e capital da monarquia hispânica. A localização privilegiada na foz do Tejo, rio que nasce na Espanha e deságua no Oceano Atlântico. A salubridade do sítio, que possui ares, águas e mantimentos de qualidade. Sua fertilidade. Ser bem abastecida de todas as coisas necessárias à vida como mantimento, vestuário, habitação, repouso e atividades lúdicas. Ter habitantes naturalmente dispostos a vencer e governar. Possuir alegre vista e espaços para praticar recreações e exercícios para o corpo. E ser segura. Enfim, todas essas características faziam Lisboa preencher como louvor todos os requisitos necessários para ser a cabeça não somente do reino, como de toda monarquia hispânica.

Quer exigindo a presença permanente do principado, quer proclamando as excelências da cidade, Fernando Bouza Álvarez diz que a resposta oferecida à falta de assistência do rei foi similar àquelas manifestas por outras cortes em mesma situação. Pode-se citar a própria Madrid (BOUZA ÁLVAREZ, 2000: 163). Quando foi abandonada no limiar do século XVII, surgiu um conjunto de descrições que destacavam suas qualidades e defendiam sua aptidão como capital. A comunicação defende que essas descrições também foram importantes para

Madrid tivesse sua importância reconhecida e pudesse exercer plenamente sua função de capital.

Madrid, de pequena Vila a Capital.

Por mais que houvesse o projeto de um monarca permanente no reino espanhol durante o reinado de Carlos V, ainda não era um momento propício. Carlos V foi levado a afastar-se em diversas ocasiões para manter e proteger as conquistas deixadas por seus avós, D. Fernando de Aragão e D. Isabel de Castela. A concretização dos planos de um rei presente na Península Ibérica ocorreria no reinado do sucessor, Filipe II (MEGIANI, 2004: 31-35).

A manutenção de uma corte transeunte não era mais possível em uma monarquia com semelhantes dimensões geográficas. A dificuldade de governar uma monarquia com tantos domínios contínuos e descontínuos que requeriam decisões diárias estimulou o rei a permanecer em Madrid e administrar a partir da cidade (BROWN; ELLIOTT, 2003: 1-2). Pouco a pouco, com um percalço entre 1601-1606, na ocasião da passagem por Valladolid, a cidade foi se tornando referência como capital e sede da corte. Processo que constituiu uma etapa importante da política imperial dos Filipes.

Não existe um consenso historiográfico a respeito das razões que levaram Filipe II a eleger Madrid como capital. Madrid não passava de uma vila sem importância, cuja história e economia não se sobressaiam no conjunto das cidades castelhanas. Suas qualidades eram singelas: clima agradável, terrenos boscosos, grande quantidade de madeira, água salubre e em abundância, e localização no centro da península. Segundo Jonathan Brown e J. H. Elliott, a última teria sido a única vantagem a pesar na decisão real (BROWN; ELLIOTT, 2003: 2).

Rafael Valladares, por sua vez, argumenta que foi justamente a pequenez de Madrid que a teria levado a alcançar o posto de capital e de sede da corte régia. Uma vez que Madrid era uma vila e não uma cidade, ela não abrigava instituições autônomas e diligentes ao defender seus interesses, como catedrais, ajuntamentos, universidades e tribunais de Inquisição. Madrid era um espaço neutro. Não havia ali nenhum poder para concorrer com a autoridade de Filipe II e ofuscar o seu brilho (VALLADARES, 2013: 42).

A escolha da cidade-capital também foi motivada pelo desejo de evitar as disputas entre as cidades castelhanas à medida que cada qual se considerava a mais digna de sediar a corte (MONTOLIU, 1996: 87). Porém, essa imprecisão com relação aos motivos que levaram Filipe II a escolher Madrid dificultou seu reconhecimento como capital. Sua capitalidade foi debatida por muito tempo, não somente pelos espanhóis, mas pelos outros reinos que

compunham essa monarquia heterogênia. Entretanto, a capital deveria permanecer em Castela onde havia as maiores arrecadações e os homens mais importantes (CEPEDA ADÁN, 1998: 21-23).

Tão logo decidiu transferir-se para Madrid, Filipe II acelerou as reformas de ampliação de um pequeno palácio e de melhoramentos das suas vias. Com a colaboração de artistas italianos, o pequeno palácio que já abrigou governantes italianos se transformou na residência real de Alcázar. O monarca também adotou medidas que visavam promover um maior rebuscamento da cultura e das práticas cortesãs, como, por exemplo, a convocação de humanistas para reformarem os currículos das universidades e levantarem o conhecimento adquirido ao longo dos anos, o incentivo ao intercâmbio cultural e o patrocínio que ofereceu a diversos cientistas, técnicos, autores e artistas (KAMEN, 2003: 262-266).

Desde a baixa Idade Média, a determinação de uma casa real insigne e o estabelecimento de um expediente próprio de serviços para integrar as elites foi uma prática política utilizada pelas monarquias para conferir identidade às dinastias e legitimidade sobre os reinos dominados (MARTINEZ MILLÁN, 2006: 35). Desta maneira, a construção do imponente alcácer de Madrid foi importante para afirmação da dinastia Habsburgo, bem como o protocolo cortesão que foi praticado nesses espaços e para além deles, uma vez que a cidade também estava integrada à dinâmica dos palácios.

As iniciativas de dotar a corte e a casa real um modo de serviço singular faziam parte de um conjunto de ações empreendidas por Filipe II para oferecer mais identidade a monarquia católica, tal como a reforma dos conselhos e o estabelecimento do sistema polissinodal. Porém, as renovações seriam observadas apenas da gestão do sucessor, que deu prosseguimento à sua política. O ímpeto de Filipe III em reformular a monarquia, e sua casa real, foi assinalado com a transferência da corte para Valladolid, e depois o regresso para Madrid (RIVERO RODRIGUEZ, 2008: 31).

Dentre os fatores que contribuíram para o regresso de Filipe III, estão as pressões feitas pela corte madrilena (VALLADARES, 2013: 42). Um grande volume de escritos que descreviam a cidade de Madrid e lamentavam o desamparo real foi produzido. Podem ser citados os memoriais de Alfredo Vivar que foram dirigidos Filipe III. Em um primeiro momento, esses memoriais defendiam a permanência da corte régia e da capital em Madrid e após a partida do monarca, passaram a pedir o seu regresso à cidade. Alfredo Vivar construiu uma teoria sobre a localização ideal para uma corte, sendo influenciado pelas discussões de Vitruvius, Alberti e Botero. Seu objetivo era convencer o monarca de que Madrid reunia uma

série de qualidades que a tornavam mais apta a sediar a corte. Francisco Pereda também compartilhou do esforço de sistematizar as excelências madrilenas em seu livro, *Historia de la Santa y devotissima imagem de Nuestra Señora de Atocha Patrona de Madrid. Dirigido a la muy noble y muy leal Villa de Madrid* (1606). Outra referência importante é *El buen repúblico* (1611), impresso de Augustin de Rojas, que revela o estado de abandono que ficou os opulentos prédios e ruas da cidade depois que o monarca deixou de assisti-la (BOUZA-ÁLVAREZ, 2000: 163).

Com o regresso do monarca e sua família, Madrid tornou-se efetivamente residência real, centro político-administrativo e referência na transmissão de um padrão de comportamento, social e artístico. As elites políticas e sociais dos mais diferentes reinos que compunham a monarquia hispânica foram atraídas para a cidade, onde podiam articular entre si. Desta forma, a definição de Madrid como capital teve um papel importante na governabilidade da monarquia à medida que contribuiu para a capitação dos grupos nobiliárquicos, gerou entre esses interesses compartilhados e fabricou vínculos e sentimentos de lealdade, minimizando as tensões (CUNHA, 2009: 207).

Conclusão

A partir de uma história múltipla e interdisciplinar, os trabalhos recentes buscam apresentar as capitais como um tipo especial de cidade e destacar sua importância para a modernidade. No entanto, esses trabalhos voltam sua atenção apenas para as cidades que se firmaram como capitais, esquecendo-se daquelas que deixaram de ser. O processo de transferência de capitais revela-se então como um estudo em potencial (VIDAL, 2011: 4-5).

Nesse sentido, ao comparar os processos que tornaram Lisboa e Madrid capitais, percebe-se que em ambos o período em que a capital e a corte régia foi transferida e que a cidade deixou de contar com a presença do rei teria constituído uma etapa muito importante que merece mais estudos. Parece razoável sugerir sobre a importância das descrições que foram produzidas nesse período. Ao reforçar a imagem dessas cidades como “cabeça do reino”, as descrições teriam concorrido para que as cidades supracitadas adquirissem prestígio e tivessem seu papel de capital reconhecido junto ao reino.

Bibliografia

- CEPEDA ADÁN, José. “El Madrid Cultural en la España de Filipe II”. *Madrid. Revista de Arte, Geografía e Historia*. Comunidad de Madrid, nº1, 1998, p. 21-46.
- ARAÚJO, Renata de. *Lisboa. A Cidade e o Espetáculo na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- ARGAN, Giulio Carlo. “Europa das Capitais”. In: *Imagem e Persuasão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa, Cosmos, 2000.
- BROWN, Jonathan, e ELLIOTT, John H. *A Palace for a King: The Buen Retiro and The Court of Philip IV*. Yale University Pres, 2003.
- CARITA, Helder. *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1455-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- CUNHA, Mafalda Soares da. “Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica”. In: CASALILLA, Bartolomé Yun. *Las redes del Imperio*. Madri: Marcial Pons Historia, 2009.
- GRUZINSKI, Serge. “Mundos misturados da Monarquia Católica e outras connected histories”. *Topoi*. Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 175-195.
- HESPANHA, Antônio Manuel. “O governo dos Áustria e a ‘Modernização’ da constituição política portuguesa”. *Penélope. Fazer e Desfazer História*. nº2, FEV.1989,
- KAMEN, Henry Arthur Francis. *Filipe da Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. “O enquadramento do Espaço Nacional”. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, vol III, 1993.
- MOTTA, Marly Silva da. “Cabeça da nação, teatro do poder: a cidade capital como objeto de investigação histórica”. Trabalho apresentado no *XVII Encontro Nacional da ANPUH*. São Paulo, 1993.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *Rei Ausente*. São Paulo: Alameda, 2004.
- MARTINEZ MILLÁN, José. “La Corte de la Monarquia Hispánica”. In: *Studios historicos, História Moderna*. Ediciones Universidad de Salamanca, 28, 2006, p. 17-61.
- MONTOLIU, Pedro. *Madrid. Villa y Corte*. vo II. Madrid: Sílex, 1996.
- RIVERO RODRIGUEZ, Manuel. “Una monarquía de casas reales y cortes virreinales”. In: MARTÍNEZ MILLÁN, José, VISCEGLIA, M^a Antonietta. *La monarquía de Felipe III: los reinos (vol. IV)*. Madrid: Fundación MAPFRE, 2008.
- MONTOLIU, Pedro. *Madrid. Villa y Corte*. vo II. Madrid: Sílex, 1996.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo, Martins Fontes, 1982.
- PEREIRA, Paulo. “Lisboa (séculos XVI-XVII)”. Discurso proferido no simpósio internacional *Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a época dos Descobrimentos*. Deutsches Historisches Museum, Berlim, 23-25/11/2006.

VALLADARES, Rafael. “¿Madrid o Lisboa?”. *Clío: Revista de História*, nº145, 2013.

VIDAL, Laurent. “Capitais sonhadas, capitais abandonadas Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX)”. *História*. São Paulo, jan/jun. 2011.